



## A PRÁTICA DOCENTE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Autor: Ana Paula Lima Carneiro; Co-autor: Ananeri Vieira de Lima.

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. E-mail: anapaulalimaf2@hotmail.com*

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa é investigar a formação e a prática dos professores dos anos iniciais da escola regular. Verificando se as estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores favorecem o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais, e, se eles têm uma formação adequada para receberem na sala de aula convencional estudantes portadores de algum tipo de necessidade. Desse modo, a referida pesquisa busca contribuir de certa maneira para que muitos educadores repensem inclusivamente os procedimentos utilizados em sala de aula; para que o educador saiba guiar e estimular esses estudantes, fazendo com que eles tenham uma aprendizagem significativa, abrindo espaço para essas crianças mostrarem as criatividade, as quais elas usufruem. Para tanto, esse trabalho foi elaborado metodologicamente através de uma pesquisa qualitativa, de campo, e, pesquisa bibliográfica, centrada nas concepções dos seguintes autores: Tardif (2002), Nóvoa (1995), Silva (2009), Paula (2007), Martins (2010-2012), Morrin (2003), dentre outros. Sob essa lógica, os autores supracitados tiveram a finalidade de nortear o nosso percurso interpretativo, elencando discussões acerca da formação dos professores e como trabalhar em uma perspectiva inclusiva. Considerando os dados coletados e o aporte teórico-metodológico exposto, discutimos os aspectos que envolvem a prática docente com alunos com Necessidades Educacionais Especiais, refletindo sobre a educação inclusiva, em conformidade com os aspectos sociais do contexto. Destacando a importância da utilização de ferramentas pedagógicas pelos professores, que priorize uma educação inclusiva.

**Palavras-Chave:** Formação de professores. Educação inclusiva. Prática docente.

### Introdução

O presente artigo teve como objetivo analisar a prática de professores, refletindo sobre aspectos relacionados à educação inclusiva. Tendo o intuito de responder algumas inquietações, a respeito das dificuldades que os educadores sentem para atender os alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Lembrando que, os professores devem se perceber como construtores sociais, habilitados para exercerem a profissão com alunos portadores de Necessidades Educacionais Especiais, em salas de aula convencionais. Sendo assim, buscamos compreender a formação de professores na perspectiva da educação inclusiva, observando a relação entre ensino e educação inclusiva, e as metodologias que os docentes utilizam para o bom desenvolvimento e a inclusão de crianças com NEE<sup>1</sup>. Verificamos também se a escola dispõe de ajuda profissional (psicopedagogo, psicólogo) para o acompanhamento das crianças, e a parceria da família dos referidos alunos com a escola. Refletindo sobre a construção da identidade profissional dos docentes, e como o desenvolvimento das suas práticas reflete na educação inclusiva, tornando a escola cidadã e

---

<sup>1</sup> Necessidade Educacional Especial.



atrativa. Com isso, a realização dessa pesquisa justifica-se, pelo desejo de aprofundar conhecimentos e saberes no campo da educação, no que diz respeito à formação e prática de professores para trabalharem com alunos que apresentam Necessidades Especiais, por meio de uma educação inclusiva.

Quanto à metodologia da pesquisa, a mesma é de natureza qualitativa, uma pesquisa de campo, pois compreende a coleta, registro e análise de dados; sendo que primeiramente foi feita uma pesquisa bibliográfica, através da leitura, análise e interpretação, ou seja, tem como base um aporte metodológico de cunho bibliográfico, tendo o intuito de formular uma estrutura teórica que conduza o desenvolvimento do trabalho. Lembrando que a pesquisa não se preocupa com a representatividade numérica. Conforme as palavras de Minayo (2002, p. 21-22) a pesquisa qualitativa “[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, [...] que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

O *corpus* de estudo é formado por quatro professoras da escola de Ensino Infantil e Fundamental Professora Catarina de Sousa Maia, da rede Municipal de Ensino da cidade de Catolé do Rocha-PB. Através de um questionário, indagando a respeito da formação e concepções acerca da educação inclusiva, observando as necessidades que os docentes sentem em relação ao trabalho com alunos com NEE. Vale ressaltar que a pesquisa com professores não serve apenas como fonte de dados, mas seus relatos servem como recursos metodológicos, pois quando eles falam sobre as práticas docentes em sala de aula, oferecem informações e nos leva a refletir sobre o tipo de prática utilizada no exercício da profissão (SILVA, 2009).

## **1. Reflexões sobre educação inclusiva**

A escola é uma instituição que tem como papel central a socialização de conhecimentos. E essa construção de conhecimento não deve ser vista apenas como uma exigência da Lei das Diretrizes e Bases da Educação - LDB, mas como um processo ilimitado, relacionando propostas pedagógicas que auxiliem de forma significativa e contextualizada, ou seja, refletindo sobre a realidade tanto dos alunos, como dos educadores. Desse modo, a escola deve ser capacitada “[...] para receber alunos com deficiência, serviços de saúde com profissionais para atender essas pessoas” (PAULA, 2007, p. 06).

A educação por si só é inclusiva, a comunidade escolar não tem o interesse de excluir ninguém, ou seja, a mesma deve atender a todos do mesmo modo. Sendo que, a escola deve compreender que é importante considerar as diferenças dos estudantes e buscar ações voltadas



para promover acesso, participação e aprendizagem. Como podemos constatar, a inclusão significa as crianças terem direitos iguais, participando das aulas, tendo as mesmas oportunidades, pois uma educação só é inclusiva se ela for solidamente fincada em direitos humanos, através do combate sistemático de qualquer forma de preconceito. No entanto, para que isso aconteça é necessário que a escola garanta a igualdade entre os alunos, sendo respeitados, de forma a atender as necessidades específicas de cada um. Dessa forma, contribuirá para formação de uma sociedade mais justa, ou seja, que valorize e respeite as diferenças. Em outras palavras, uma escola que garanta atendimento as diversidades de maneira igualitária. De acordo com o Plano nacional de Educação em Direitos Humanos é dever dos governos garantir a educação de pessoas com necessidades especiais, valorizando os professores, tendo como eixo estruturante a consolidação dos direitos humanos (BRASIL, 2007).

A escola inclusiva, segundo Adiron (2010), é aquela que pretende em primeiro lugar, estabelecer ligações cognitivas entre os estudantes e o currículo, para que eles desenvolvam melhores estratégias que permitam resolver problemas da vida cotidiana. Sendo que, cabe a escola compreender, que cada aluno tem um ritmo de aprendizagem diferente, onde o professor deve criar estratégias, que busque um melhor desempenho dos estudantes, tornando-se cada vez mais um educador melhor.

Vale ressaltar que um dos objetivos gerais do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos é “incentivar formas de acesso às ações de educação em direitos humanos para pessoas com deficiências” (BRASIL, 2007, p. 27). A escola comum deve receber o público especial, onde todos devem ter os mesmos direitos. A criança especial deve frequentar à escola comum, pois lá ela vai ter “[...] a oportunidade de conviver e de se relacionar com diferentes pessoas, aprendendo a perceber que todas têm características próprias, que nenhuma é igual a outra” (PAULA, 2007, p. 08), passando assim por muitas experiências, aprendendo a se relacionar com o mundo, e essa presença na escola é necessária desde cedo na educação infantil.

Em uma escola inclusiva, crianças sem deficiência aprendem a respeitar as diferenças entre os colegas, sendo que também as crianças especiais aprendem a conviver e a lidar com a diferença, e esse tipo de convivência traz muitos benefícios para o futuro delas, pois a escola de certa forma representa a sociedade. Lembrando que uma escola só é inclusiva se ela aceitar, respeitar e valorizar as crianças com suas diferentes particularidades. No que diz respeito a estrutura uma escola inclusiva deve ter rampas para que todas as crianças



possam se locomover, banheiros adaptados, corrimão, piso antiderrapante e sinalização (PAULA, 2007).

Portanto, a educação inclusiva é dever da escola, pois ela precisa considerar as diferenças de cada aluno, sendo capacitada para receber todos os diferentes públicos de maneira inclusiva. Dessa forma não vai beneficiar apenas o público especial, mas a todos os alunos, através de uma educação fincada nos direitos humanos. Lembrando que o psicopedagogo tem um papel primordial para auxiliar os professores no desenvolvimento do trabalho, ajudando os alunos a superarem as dificuldades.

## **2. Formação de professores: saberes necessário para uma educação inclusiva**

A formação de professores vem sendo aprimorada a cada dia, ou seja, esses profissionais estão se tornando mais capacitados e preparados para exercerem a profissão e lidar com as mais diversas problemáticas. Sendo que, é com o exercício em sala de aula que o professor vai desenvolvendo a metodologia a ser utilizada. Nesse sentido, é importante ressaltar que, a formação dos professores não deve ficar retida apenas ao período da graduação, ou seja, é necessário que a mesma seja contínua durante todo o exercício da profissão, onde esse tipo de profissional, por meio da relação entre teoria e prática, poderá aprimorar a metodologia utilizada em sala de aula.

Para tanto, torna-se necessária a presença de professores reflexivos, pesquisadores, dispostos a enfrentar todos os desafios. Principalmente docentes conscientes das diferenças entre os estudantes e que busquem potencializar inclusivamente a aprendizagem de todos. Pois, com as mudanças que vem acontecendo em relação ao ensino, tornou-se necessário pensar a recriação da escola, e conseqüentemente uma nova formação de professores. De acordo com Martins (2010), nessa nova formação é necessário refletir sobre a trajetória de construção da identidade pessoal-profissional, tendo como objetivo a promoção da reflexão crítica sobre a própria prática do professor. Desse modo, a prática de ensino passa a ocupar o lugar central, portanto, é através da mesma que o educador vai poder fazer articulações entre teoria e prática. Visto que, muitas vezes o que é vivenciado na prática é diferente do que é apresentado na teoria, e isso pode ser observado tanto na formação inicial como na continuada.

Sabemos que antigamente a formação exigida para o professor de educação infantil era o magistério a nível médio, hoje é exigido no mínimo à graduação em pedagogia, visto que, a formação de professores foi iniciada no Brasil no final do século XIX, com as Escolas Normais destinadas apenas à formação de docentes para



as séries iniciais (GATTI & BARRETO, 2009). Com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP/MEC), em julho de 1973, primeiro órgão responsável pela formulação e acompanhamento de uma política de Educação Especial, em âmbito nacional, começa a serem criados setores especializados nas Secretarias de Educação (MARTINS, 2012) isso fez com que escolas estaduais e municipais começassem a atender alunos com Necessidades Especiais.

Para o professor observar a melhor forma de trabalhar com alunos com Necessidades Educacionais Especiais, é necessário que ele tenha conhecimento a respeito do assunto e saiba identificar que tipo de necessidade os alunos apresentam. Os docentes devem estar aptos a exercerem a profissão na perspectiva da educação inclusiva, principalmente na Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Para tanto, o educador deve procurar conhecer cada aluno individualmente, para poder ajudá-lo, sendo necessário flexibilidade, através da diminuição de matérias programadas e como uma carga maior de ensinamentos (MORIN, 2003). Portanto, é de suma importância uma reformulação de pensamento em relação a como se deve funcionar a escola, por meio de uma relação entre sociedade e escola. Tardif (2002, p. 54) revela que “[...] os saberes experienciais não são saberes como os demais; são, ao contrário, formados de todos os demais, mas retraduzidos, “polidos” e submetidos às certezas construídas na prática e na experiência”. Ou seja, é através da prática que vai sendo aprimorada a metodologia de cada professor, a teoria não é suficiente para uma boa formação, o educador através de suas experiências vai desenvolvendo cada vez mais o seu conhecimento, e melhorando a metodologia utilizada na sala de aula. Pois de acordo com Tardif (2002) muitas vezes a teoria ensinada na formação dos professores não tem nenhuma relação o ensino, nem com as realidades cotidianas do ofício de professor.

Sabemos que, o atendimento a alunos com Necessidades Especiais vem desafiando as escolas, e para tentar resolver esse problema, nada melhor do que investir na formação continuada dos professores em exercício. Para tal, enfatizamos a importância da utilização de ferramentas pedagógicas pelos professores, que priorize uma educação inclusiva, focando um melhor desempenho, beneficiando o desenvolvimento e a ampliação da competência discursiva dos estudantes.

Podemos afirmar que as experiências e a reflexão durante a ação faz com que o professor ultrapasse as teorias, ou seja, a experiência profissional vale mais que qualquer formação. Um professor dedicado pode resolver qualquer conflito, conseqüentemente trabalhar com mais diversificado público de alunos. De



acordo com Libâneo (2001) a escola deve ser vista como um ambiente educativo, um espaço de formação, ou seja, um lugar que os profissionais decidem sobre o trabalho e aprendem um pouco mais sobre a profissão. A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, fornecendo aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de autoformação participativa. Ela não se constrói por acumulação, mas sim através de um trabalho de refletividade crítica sobre as práticas (NÓVOA, 1995).

No entanto, não basta afirmar que o professor deve ser reflexivo e de uma maior autonomia, deve-se refletir sobre as condições de trabalho desses profissionais, e, sobre o modo como o conhecimento é transmitido nas escolas. Lembrando que para que o docente tenha uma boa formação ele deve refletir sobre a prática, e tenha uma formação continuada centrada nas atividades quotidianas da sala de aula. Pois a formação inicial não oferece um produto acabado, podendo ser considerada como a primeira fase de um longo processo de desenvolvimento do referido profissional. Dessa forma, para se ter qualidade de ensino é necessário que se tenha pelo menos a formação inicial dos professores, sendo que ele deve sempre procurar se aprimorar, refletindo sobre a própria prática, por meio de uma dialética entre teoria e prática, partilhando as idéias com os colegas de trabalho. Isso acontece através de uma análise ética e política sobre a própria prática. Em relação ao público especial, o professor deve ser capaz de entender cada particularidade dos alunos e os estágios de desenvolvimento por meio da sensibilidade, ou seja, conhecendo bem a criança para então saber utilizar estratégia que tragam resultados relevantes. Visto que “O saber não é uma substância ou um conteúdo fechado em si mesmo; ele se manifesta através de relações complexas entre o professor e seus alunos” (TARDIF, 2002, p. 13).

Sendo que, é necessário que haja um relacionamento interpessoal bom entre professor e aluno, que exista afetividade tanto do professor como por parte dos alunos como o educador. Propiciando assim um ambiente favorável a aprendizagem. Dessa forma, podemos afirmar que a formação dos professores é de extrema importância para que possam lidar com as mais diferentes problemáticas, que a formação não deve se restringir apenas ao período da graduação. Que esse profissional seja pesquisador, buscando se aperfeiçoar a cada dia mais, estando dispostos a enfrentar todos os desafios assegurando a inclusão de todos, ou seja, um profissional que seja consciente das diferenças dos alunos, refletindo sobre a própria prática, tornando-se apto para exercer a profissão na perspectiva da educação inclusiva.

### **3. Percepção dos professores quanto à educação inclusiva na escola** **Professora Catariana de Sousa Maia**



A escola regular necessita ser um espaço inclusivo, ou seja, diante de seu papel na sociedade, ela precisa proporcionar aos educandos uma educação inclusiva. É necessário que o professor em seu processo de formação seja capacitado para trabalhar a inclusão, proporcionando o desenvolvimento das competências comunicativas dos alunos, inserido os portadores de Necessidades Educacionais Especiais na sociedade, e, contribuindo para que eles possam atuar maneira autônoma. Dessa forma, surgiu à necessidade de refletir sobre a formação dos professores da escola regular e a educação inclusiva. Nessa perspectiva, foi aplicado um questionário composto de 6 (seis) questões subjetivas, objetivando promover a análise do processo de formação dos professores e como acontece a educação inclusiva na escola. Vale ressaltar que a escola dispõe de uma sala de recursos multifuncional para Atendimento Educacional Especializado – AEE, com uma psicopedagoga para auxiliar os professores e atender os alunos com NEE.

É importante ressaltar que, a educação inclusiva deve ser compreendida de forma consciente pelos professores, que eles levem em consideração as necessidades de cada aluno. Dessa forma, o referido questionário foi proposto as professoras, visando compreender as necessidades e reflexões a respeito da formação delas para a educação inclusiva. Lembrando que as referidas docentes pertencem a uma realidade educacional muito complexa, pois são de turmas com alunos com algum tipo de necessidade, sendo que foram feito o questionário apenas com 4 professoras do ensino fundamental I da Escola Professora Catarina de Sousa Maia, do turno da manhã, sendo uma do 2º ano, uma do 3º e duas do 4º ano. Lembrando que as docentes serão identificadas como: p1, p2, p3 e p4.

É importante destacar que p1 tem o curso de magistério, 50 anos de idade e 28 anos de tempo de serviço, e, na sua sala do 2º ano não tem alunos com Necessidades Educacionais Especiais. P2 com formação acadêmica em pedagogia, 43 anos de idade e 20 anos de tempo de serviço, sua sala do 3º anos não tem alunos laudados com NEE, mas tem alunos portadores de necessidades. P3 com formação acadêmica em pedagogia e especialização em psicopedagogia, 39 anos de idade e 5 anos de serviço, na sua sala do 4º apresenta alunos com Necessidades Educacionais Especiais. P4 formação em pedagogia e especialização em psicopedagogia, idade 53 anos e tempo de serviço de 31 anos, na sua sala do 4º apresenta alunos com NEE.

Referente à primeira pergunta do questionário: “Qual a sua concepção sobre a educação inclusiva?” as professoras responderam:



- P1:** No papel funciona mais do que na prática.  
**P2:** Devemos sempre respeitar e apoiar e receber em sala com todo amor.  
**P3:** Na minha concepção os professores deveriam se qualificar para atender esse público.  
**P4:** É muito boa quando se tem subsídios para trabalhar.

Como podemos observar, uma das professoras falou que a educação inclusiva não funciona na prática, apenas no papel. E como sabemos muitas das vezes é isso que acontece, por vários motivos, tais como falta de uma estrutura adequada na escola, falta de professores capacitados e material adequado para se trabalhar com cada particularidade dos estudantes, como também falta de interesse da própria comunidade escolar. E como uma das educadoras destacou a educação inclusiva acontece quando respeitamos, apoiamos e recebemos em sala de aula com todo amor alunos portadores de NEE. Conforme p3 abordou a formação dos professores é um ponto primordial para que a educação inclusiva aconteça de maneira adequada, pois esses profissionais devem procurar sempre se qualificar, como ela que procurou fazer o curso de especialização em psicopedagogia. E referente última resposta, ou seja, p4, destaca que é muito bom trabalhar com a educação inclusiva, mas quando se tem subsídio, isto é, quando se tem um auxílio, materiais e espaço adequado.

Referente ao segundo questionamento: “Em seu processo formativo você recebeu orientações necessárias para trabalhar com a educação inclusiva na sala de aula? Em caso de resposta afirmativa, quais foram? E como ocorreram?” As respostas das professoras foram as seguintes:

- P1:** Não.  
**P2:** Não fui preparada.  
**P3:** Não recebi nenhuma orientação.  
**P4:** Não.

Ambas as professoras responderam que não receberam orientações necessárias, que não foram preparadas para trabalhar com a educação inclusiva na sala de aula. No entanto, duas das professoras têm curso de especialização em psicopedagogia, um curso que prepara as referidas profissionais para lidarem com alunos com algum tipo de necessidade, abordando as melhores formas para uma educação inclusiva.

A terceira pergunta: “Você participou de curso de capacitação que tratou da inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais? Quais?”:

- P1:** Sim, fórum de Educação.  
**P2:** Não.  
**P3:** Não.  
**P4:** Não.

Apenas uma professora respondeu que participou do fórum Municipal de Educação, que tratou da inclusão dos alunos com NEE, as demais professoras responderam que não, que



nunca participaram de curso de capacitação que tratou da referida temática, no entanto, o fórum é uma formação que é ofertada para todos os professores do município.

A quarta questão: “Você considera importante discutir a educação inclusiva durante o processo de formação ou formação continuada?”:

**P1:** Sim.

**P2:** Com certeza, precisamos estarmos preparadas.

**P3:** É muito importante, pois só assim saberemos como agir com esse público especial.

**P4:** É necessário, mas não acontece.

Ambas responderam que sim, que precisam se preparar para a educação inclusiva, e, como podemos observar uma das professoras falou que é necessário discutir a temática, mas que isso não acontece, ou seja, mostrado que existe uma falta de interesse dos profissionais da educação em discutir, em buscar a melhor forma a incluir o público especial.

O quinto questionamento: “Você se sente preparada para desenvolver a prática docente com alunos com Necessidades Educacionais Especiais?”:

**P1:** Não.

**P2:** Não, trabalho porque tem que trabalhar, mas não sou preparada.

**P3:** Não, a dificuldade para mim ainda é grande.

**P4:** Não, faço o que posso.

Como é possível perceber as professoras se sentem despreparadas, e não demonstram muito interesse em procurar se capacitarem, pois apenas duas professoras possuem o curso de especialização em psicopedagogia. Sendo que, uma das professoras tem apenas o magistério, não procurou fazer uma graduação, e a outra tem apenas a graduação, não fez nenhuma especialização. E como podemos observar mesmo as que são psicopedagogas não se consideram capacitadas, no entanto, esse trata-se de um curso que capacita para trabalhar com o público especial. Desse modo, podemos destacar que, mesmo o professor tendo várias formações quando entra em contato com a prática ele sente uma dificuldade, enfrentado situações para as quais não estava preparado, pois de acordo com Silva (2009, p. 30) “[...] a vida real tem uma dinamicidade muitas vezes diferente da que está nas teorias que são ensinadas nos cursos que preparam professores”. Para tanto, o professor deve fazer uma reflexão relacionando teoria e prática, se tornando capacitado para exercer a profissão.

No que diz respeito ao sexto e último questionamento: “Quais metodologias você utiliza para o bom desenvolvimento e a inclusão de crianças com Necessidades Educacionais Especiais? Você trata desse assunto junto à família dos alunos?” as professoras responderam:



**P1:** Atividade com as habilidades do aluno.

**P2:** Sempre com jogos e a paciência. E com certeza que temos que ter esse elo com a família e escola.

**P3:** Eu procuro dar mais atenção as minhas crianças especiais. Até o momento não tive oportunidade de falar com a família.

**P4:** Atividades diferenciadas de acordo com a limitação de cada aluno.

Como foi possível perceber elas trabalham com atividades de acordo com a habilidade dos alunos dando uma atenção especial. No entanto, não existe um diálogo das professoras com a família, sendo que a família deve participar “[...] das escolhas e decisões, especialmente quanto ao processo educacional” (PAULA, 2007, p. 05).

Um fator de grande importância a ser ressaltado nesses dados é o fato de que as professoras afirmam que durante a sua formação não receberam orientações necessárias para trabalhar com a educação inclusiva na sala de aula, mesmo sendo duas delas psicopedagogas. Profissionais com essa formação durante o curso de especialização recebem orientações para trabalhar com vários tipos de NEE.

E a falta de qualificação não está ligada a falta de cursos de licenciatura oferecido pelo governo, pois sempre abrem vagas para a qualificação de professores nas universidades públicas de todo Brasil, de graduação a pós-graduação, um exemplo é o Pafor<sup>2</sup>, pois os professores cadastrados no censo escolar podem se matricular através da plataforma Freire, que oferece vagas em cursos de Licenciatura, Segunda Licenciatura e Formação Pedagógica e formação complementar. De acordo com Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, o Plano Nacional de Educação tem como meta formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência do PNE<sup>3</sup>, garantindo a todos os profissionais uma formação continuada na área de atuação. Além de assegurar a existência de planos de Carreira, tendo como referência o piso salarial, definido em lei federal.

Podemos verificar que as professoras sentem dificuldades para trabalhar com o público especial, umas por falta de formação adequada, outras pela falta de interesse em fazer diferente, para poder ajudar esses alunos, praticando uma educação inclusiva. Outro fator é as limitações que elas têm na escola, com sala de aula lotada sem nenhum ajudante de sala. Como é possível perceber essa dificuldade acontece pelo motivo de o professor não buscar se aprimorar, ou seja, não têm uma formação satisfatória e também pela falta de práticas das políticas pública em defesa dos direitos humanos, pois uma educação de qualidade é direito de todos, seja portador de alguma necessidade especial ou não.

## **Conclusão**

<sup>2</sup> Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica.

<sup>3</sup> Plano Nacional de Educação.



Por meio das discussões suscitadas nesta pesquisa pudemos levantar algumas considerações a respeito do valor de uma formação adequada e da importância da educação inclusiva, que o professor deve estar sempre procurando se capacitar, pois a cada dia surgem novos problemas e o docente deve ter capacidade de enfrentá-los. Visto que, a educação inclusiva é dever da escola, e o educador precisa considerar as diferenças de cada aluno. Sendo que, a educação inclusiva não vai beneficiar apenas o público especial, mas a todos os alunos, pois eles vão aprender a respeitar as diferenças tornando-se cidadãos cientes dos direitos humanos. Vale ressaltar que, a presença do psicopedagogo é essencial na escola para auxiliar no desenvolvimento do trabalho do professor. Não obstante, mesmo a instituição usufruindo de um profissional desse, torna-se necessário que o professor também se qualifique, pois a formação deles é de suma importância para saibam lidar com as mais diferentes situações, portanto, a formação não deve se restringir apenas ao período da graduação.

Diante das considerações realizadas e mediante a análise dos dados coletados, através do questionário, podemos inferir que as professoras se sentem despreparadas, ou seja, sentem dificuldades em exercer a profissão com o público especial, e que mesmo assim, boa parte não procurou se capacitar. Sendo que, as profissionais que têm o curso de psicopedagogia também deixam claro que não estão preparadas, mesmo sendo um curso que prepara para saber que estratégias pedagógicas utilizar, verificando se as mesmas favorecem o desenvolvimento da aprendizagem do público especial. Podemos verificar que essas dificuldades podem ser acarretadas por uma falta de formação adequada e também pela falta de interesse em pesquisar para poder fazer um trabalho diferenciado, praticando assim uma educação inclusiva. Outro fator que provoca essa dificuldade são as limitações da instituição, pois as salas de aula são lotadas, e, sem nenhum ajudante de sala com alunos portadores de Necessidades Educacionais Especiais. Como é possível perceber que essa dificuldade acontece pelo motivo de falta de práticas das políticas pública em defesa dos direitos humanos, visto que uma educação de qualidade é direito de todos, seja portador de alguma necessidade especial ou não. Confirmando assim que existe uma divergência, visto que, nem tudo que está na teoria é posto em prática.

Enfim, podemos afirmar que uma formação continuada seria necessária para melhorar a prática dos professores para trabalhar com alunos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais, em salas de aula regular. Sendo que, eles também devem usufruir do Atendimento Educacional Especializado - AEE, que acontece na sala multifuncional e sala de AEE com um psicopedagogo. Também é necessário que



a escola seja organizada de maneira a atender melhor esse público. No entanto, para que a unidades escolares sejam inclusivas devem ter equipamentos e recursos de apoio necessários, que exista uma relação relevante entre os pais dos alunos e os profissionais da escola. Que a instituição possibilite a participação dos alunos portadores de Necessidades Educacionais Especiais em atividades culturais e esportivas, desenvolvendo assim a vida social dos estudantes.

### Referências

1. ADIRON, Fábio. Educando na Diversidade. In: LICHT, Flavia Boni; SILVEIRA, Nubia (Orgs.). **Celebrando a Diversidade: Pessoas com Deficiência e Direito à Inclusão**. – São Paulo: Planeta Educação - um mundo de serviços para escola, 2010. p. 68 –74.
2. BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.
3. \_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.
4. GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá (Coord.). **Professores do Brasil: impasses e desafios**. – Brasília: UNESCO, 2009. 294 p.
5. LIBÂNIO, J. C. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Ed. Alternativa, 2001. p. 259.
6. MARTINS, Lígia Márcia. O legado do século XX para a formação de professores. In: MARTINS, Lígia Márcia; DUARTE, Newton (Orgs.). **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias**. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 14-32.
7. MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (Orgs.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. – Salvador: EDUFBA, 2012. p. 25-38.
8. MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. – Petrópolis: Vozes, 2002.
9. MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita. In: \_\_\_\_\_. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina. -8ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 21-34.
10. NÓVOA, Antônio. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.
11. PAULA, Ana Rita de. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.
12. SILVA, Marilda da. **Complexidade da formação de professores: saberes teóricos e saberes práticos**. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
13. TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. – Petrópolis, Rj: Vozes, 2002.